



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Grupamento de Fronteira/1971)
BRIGADA DAS MISSÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP
(COMPRAS)
PREGÃO Nº 90019/2024

(Processo Administrativo nº 64117.001927/2024-18)

1. DO OBJETO

Aquisição de material permanente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Ord	CatMat	Descrição	Unid Med	Qtd Total	Qtd Mín	Qtd Máx	Preço Médio (R\$)	Preço total (R\$)
1	610676	Purificador desidratador conjunto de elementos filtrantes montados; duas mangueiras de 5m para entrada e retorno; uma vareta reta para coleta e um gatilho de abastecimento para retorno; manual operação e manutenção; manômetro indicador de troca dos filtros; carro de transporte com pneus; motor e bomba acoplados; pressão máxima de trabalho 87/6, pressão nominal de trabalho 43 psi durabilidade do elemento filtrante 150.000 litros vazão nominal 40 litros por minuto e tensão monofásica 220v frequência 50/60; produto desenvolvido para descontaminação de óleo diesel; equipamento composto por dois sistemas de filtragem, sendo eles: sistema de microfiltragem específico composto por três torres com um elemento de filtragem de profundidade e uma unidade com capacidade de retenção de até 02 microns acompanha os elementos filtrantes.	UNIDADE	2	1	2	R\$ 25.696,67	R\$ 51.393,33
2	610676	Purificador desidratador conjunto de elementos filtrantes montados; duas mangueiras de 5m para entrada e retorno; uma vareta reta para coleta e um gatilho de abastecimento para retorno; manual operação e manutenção; manômetro indicador de	UNIDADE	3	1	3	R\$ 776,00	R\$ 2.328,00

		troca dos filtros; carro de transporte com pneus; motor e bomba acoplados; pressão máxima de trabalho 87/6, pressão nominal de trabalho 43 psi durabilidade do elemento filtrante 150.000 litros vazão nominal 100 litros por minuto e tensão monofásica 220v frequência 50/60; produto desenvolvido para descontaminação de óleo diesel; equipamento composto por dois sistemas de filtragem, sendo eles: sistema de microfiltragem específico composto por três torres com um elemento de filtragem de profundidade e uma unidade com capacidade de retenção de até 02 microns acompanha os elementos filtrantes.						
3	487734	Motoserra com funcionamento à gasolina, sabre de 30 cm com Cilindrada de 32 cm³, Potência 1,4 kW, Potência 1,9 bhp, Peso 3,3 kg, Peso de desempenho 2,4 kg/kW, Peso sistema 3,77 kg, Valor de vibração na esquerda 3,6 m/s², Valor de vibração na direita 3,6 m/s², (marca e modelo de referência: STHIL 194T ou superior)	UNIDADE	5	2	5	R\$ 1.566,63	R\$ 7.833,13
4	468601	Motoserra com funcionamento à gasolina, sabre de 63 cm/25", 36 RS com Cilindrada 91 cm³, Potência 5 kW, Potência 6,7 bhp, Peso 7,3 kg, Peso de desempenho 1,5 kg/kW, Valor de vibração na esquerda 6,9 m/s², Valor de vibração na direita 6,9 m/s², (marca e modelo de referência: STHIL MS 651 ou superior)	UNIDADE	5	2	5	R\$ 3.869,37	R\$ 19.346,87
5	294776	Roçadeira com Cilindrada: 30 cm³, Potência: 1,4 kW, Potência: 1,9 bhp, Peso: 7,4 kg, Valor de vibração na esquerda: 2,5 m/s², Valor de vibração na direita: 3,5 m/s², Comprimento total: 180 cm, Diâmetro do círculo de corte: 420 mm, Capacidade do tanque: 0,58 l (marca e modelo de referência: STHIL FS 160 ROÇADEIRA, 305-2 ESPECIAL LÂMINA 2 PONTAS ou superior)	UNIDADE	5	2	5	R\$ 1.802,36	R\$ 9.011,82
6	295582	Roçadeira com Cilindrada 39 cm³, Potência: 2 kW, Potência: 2,7 bhp, Peso: 7,9 kg, Valor de vibração na esquerda: 4,7 m/s², Valor de vibração na direita: 4,7 m/s², Comprimento total: 185 cm, Capacidade do tanque: 0,58 l. (Marca e modelo de referência: STIHL 290 ROÇADEIRA, 305-2 ESPECIAL LÂMINAS 2 PONTAS ou superior)	UNIDADE	23	8	23	R\$ 3.459,65	R\$ 79.571,87
7	486264	MOTOPODA com sabre de 30cm/12", 3,8"p p 61PMM3 com Potência: 0,95 kW, Cilindrada: 25 cm³, Potência: 1,3 bhp, Peso: 6,6 kg, Valor de vibração na esquerda: 3,9 m/s², Valor de vibração na direita: 4,5 m/s², Largura da ranhura do sabre: 1,1, Comprimento total (mín.): 270 cm, Comprimento total (máx.): 390 cm. (Marca e modelo de referência: STHIL HT 75	UNIDADE	10	2	10	R\$ 3.389,15	R\$ 33.891,47

		MOTOPODA ou superior)						
8	360048	Rádio comunicador bidirecional submersível com alcance máximo de 35 km, alcance médio de 6 km, alcance mínimo de 2 km, 11 canais meteorológicos (7 deles da NOAA), com recurso de alerta, redução de interferência automática, monitor de canal, canais, 7.78 H x 2.4 W x 1.5 D polegadas, pesquisa prioritária, 121 códigos de privacidade, flutuante, IP67, peso de 180,43 gramas sem bateria e 244,93 gramas com bateria, alertas de meteorologia, 20 toques de chamada, botão de alerta de emergência, lanterna, bloqueio de teclado, Comunicação por viva-voz VOX com ou sem acessórios, Alerta vibratório VibraCall™, duração de bateria de 23 horas com três pilhas alcalinas (AA) ou 09 horas com bateria NiMH, indicador de bateria no visor LCD, aumento de potência no Push-to-Talk (PTT), saída mini USB para carregamento, Eco Smart, poupança de bateria, recarregável, com bateria NiMH ou 3 pilhas AA, Lanterna hidroativada que flutua. Suporta uma imersão constante em até 1 metro de água durante 30 minutos e repele até a chuva mais densa. (Marca e modelo de referência: Superior ou igual ao Motorola Talkabout® T600BR H2O).	UNIDADE	138	60	138	R\$ 546,80	R\$ 75.458,40
09	486621	Peça / acessório câmara fotográfica / filmadora, tipo: kit acessório para câmera filmadora, modelo da câmera/filmadora: GoPro Hero, quantidade de componentes: 50 un	UNIDADE	23	5	23	R\$ 1.615,33	R\$ 37.152,67
10	612005	Memória em cartão magnético, capacidade memória: 256 gb, tipo cartão: sdxc, aplicação: armazenamento de dados, características adicionais: referência: código 6210507011	UNIDADE	17	5	17	R\$ 83,73	R\$ 1.423,41
11	604790	Aparelho telefônico celular, modelo: samsung/ smartphone dual chip, quantidade linhas telefônicas: 2 um, características adicionais: 128 gb, 5g tela 6.6, 4gb ram, acessórios: carregador de bateria (modelo de referência: superior ou igual ao SAMSUNG A55)	UNIDADE	10	3	10	R\$ 2.360,09	R\$ 23.600,93
12	462426	Ventilador, tipo: parede, potência motor: 170 w, tensão alimentação: 127/220 v, características adicionais: 03 velocidades/grade de proteção removível, material: aço, diâmetro: 60 cm, cor: preta	UNIDADE	20	6	20	R\$ 201,61	R\$ 4.032,20
13	448074	Bomba hidráulica, material: ferro fundido, tipo motor: elétrico trifásico, tensão alimentação: 380 v, potência: 7,5 cv, modelo: centrífuga, monoestágio, aplicação: sucção e recalque, características adicionais: refrigeração a água	UNIDADE	18	8	18	R\$ 3.335,05	R\$ 60.030,84
14	610390	Bomba hidráulica, tipo motor: elétrico monofásico, tensão alimentação: 220	UNIDADE	5	2	5	R\$ 5.041,80	R\$ 25.209,00

		v, capacidade: 92 mca, potência: 5 cv, vazão: 8 m3/h, modelo: submersa, características adicionais: resfriamento à água e chave de proteção e partida						
15	483723	Furadeira, Tipo: Impacto, Potência: 500 W, Tamanho Mandril: 24 MM, Características Adicionais: Marteleto. (Marca de referência: Bosch ou superior)	UNIDADE	5	2	5	R\$ 497,73	R\$ 2.488,63
16	611661	Lavadora alta pressão, pressão: 2.000 psi, vazão: 360 l/h, características adicionais: 3 pistões com mangueira completa e acessórios, tipo: portátil, modelo: profissional. (Marca de referência: wap ou superior)	UNIDADE	7	3	7	R\$ 509,23	R\$ 3.564,63
17	482202	Trator jardim, potência: 18.5 hp, tipo combustível: gasolina, quantidade cilindro motor: 1 un, cilindrada motor: 608 cm3, tipo arrefecimento motor: ar, voltagem: 12V, amperagem: 15A, tipo ignição motor: eletrônica, tipo transmissão motor: hidrostática, quantidade velocidade frente: 7, quantidade velocidade ré: 1, velocidade mínima: 3 km/h, tipo freio: a disco, largura corte: 1070 mm, altura corte: 38 a 102 mm, tipo acoplamento: eletromagnética, capacidade tanque combustível: 5,7 l, comprimento: 170 cm, altura: 96 cm, aplicação: cortar grama (marca de referência: Husqvarna, Toyama ou superior)	UNIDADE	2	1	2	R\$ 22.245,00	R\$ 44.490,00
18	481445	Gerador energia, potência máxima: 8 kva, tensão saída: 110/220V, tipo motor: gasolina (marca de referência: Toyama ou superior)	UNIDADE	5	2	5	R\$ 5.262,42	R\$ 26.312,10
19	342207	Betoneira, funcionamento, motor: elétrico, potência, motor: 2 cv, rotação: 23 rpm, capacidade tambor: 400 l	UNIDADE	3	1	3	R\$ 5.769,36	R\$ 17.308,07
20	600945	Betoneira, funcionamento motor elétrico, potência motor 1 cv, rotação 1.750 rpm, capacidade tambor 220 l, voltagem 110/220 v	UNIDADE	3	1	3	R\$ 3.791,52	R\$ 11.374,55
21	484522	Aeronaves teleguiadas tipo: aeronave remotamente pilotada (drone), quantidade motores: 4 motores, tamanho diagonal: 350 mm, peso máximo: 1.300 g, velocidade ascensão vertical: 20 m/s, características adicionais: câmera, controle remoto, detector obstáculos, com câmera com tecnologia termal e pelo menos as seguintes características: Peso máximo de decolagem 4069g, teto de voo 5000m, proteção IP55, resistência ao vento 12m/s, tempo máximo de voo 41 min, sensores infravermelhos de 0.1 a 10m com FOV 30°, sensor de obstáculos 0,6-38m FOV 65°, motulo laser 3.5mW com precisão de ± (0.2 m + D×0.15%), alcance de medição de 3-1,200 m, classe 1M, pulso máximo de 60.96W, tempo de voo máximo 41min, vel. máxima 23 m/s. Com módulo termal com: intervalo de pixel de 12 µm, banda de onda de resposta 8 µm to	UNIDADE	3	1	3	R\$ 78.649,17	R\$ 235.947,50

		14 µm 30hz, DFOV61°, sensibilidade ≤50 mk@1.0, resolução 640×512 a 30 fps, formato de vídeo h.264, zoom digital 28x. Câmera wide com: 12MP, DFOV 84°, lente focal 4.5mm, ISO 100-25600, resolução máxima de vídeo 3840x2160. Câmera zoom com: 48MP, lente focal de 21-75mm. Baterias de 5880mAh, 26.1V e peso aproximado de 685g. Deverá conter pelo menos os seguintes acessórios:1 (um) controle com tela 1920x1200 pixels de resolução e display de 7.02 pol; 2 (duas) baterias; 1 (um)cartão micro SD 64Gb; 1 (um) par de hélice CCW; 1 (um) par hélice CW; 1 (um) kit para montagem com chaves e parafusos; 1 (uma) estação de baterias; 1 (um) cabo USB-C/USB-C; 1 (um) cabo USB/USB; 1(uma) case de proteção para transporte. (modelo de referência Matrice 30T Worry-Free Basic Combo).						
22	483338	Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone), Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 354 MM, Peso Máximo: 907 G, Velocidade Ascensão Vertical: 5 M/S, Características Adicionais: Com Carregador. Deverá possuir câmera com tecnologia termal e pelo menos as seguintes características: Peso máximo de decolagem 1050g, resistência ao vento 12m/s, tempo máximo de voo 45 min, distância máxima de voo 38 Km, distância máxima de transmissão 8Km (CE; SRRC; MIC) 15Km FCC, potência de transmissão 5,8 GHz: <33 dBm (FCC), <30 dBm (SRRC), <14 dBm (CE), 2,4 GHz: <33 dBm (FCC); <20 dBm (CE/SRRC/MIC), bateria com 5.000 mAh, transmissão de vídeo 1080p/30fps, estabilização triaxial. Câmera termográfica com: módulo termal com intervalo de pixel de 12 µm, banda de onda de resposta 8 µm to 14 µm 30hz, DFOV61°, sensibilidade ≤50 mk@1.0, resolução 640×512 a 30 fps, formato de vídeo h.264, zoom digital 28x. Câmera tele com 12MP FOV 15°. Deverá conter pelo menos os seguintes acessórios:1 (um) controle com tela distância de transmissão 15 Km; 1 (uma) bateria de voo inteligente; 1 (um)cartão micro SD 64Gb; 1 (um) protetor gimbal; 3 (três) pares de hélices; 1 (uma) chave para montagem; 1 (um) adaptador/fonte 100W com USB-C; 1 (um) cabo de força AC para adaptador/fonte 100W; 1 (um) cabo USB-C/USB; 1 (um) cabo USBC/USBC; 1(uma) case de proteção para transporte. (modelo de referência DJI Mavic 3T Worry-Free Basic Combo)	UNIDADE	4	1	4	R\$ 39.666,67	R\$ 158.666,67

23	611462	Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone), Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 247 MM, Peso Máximo: 290 G, Características Adicionais: Sensor Cmos De 48mp De 1/1.3". Deverá possuir câmera com gravação de vídeo em 4k e pelo menos as seguintes características: Peso de decolagem 249g, dimensões Dobrada (sem hélices): 148×94×64 mm (C×L×A) desdobrada (com hélices): 298×373×101 mm (C×L×A), velocidade máx. de ascensão 5 m/s (Modo S) 5 m/s (Modo N) 3 m/s (Modo C) velocidade máx. de descensão 5 m/s (Modo S) 5 m/s (Modo N) 3 m/s (Modo C) velocidade máx. horizontal (ao nível do mar, sem vento) 16 m/s (Modo S) 12 m/s (Modo N) 12 m/s (Modo C), altitude máx. de decolagem 3000 m, duração máx. de voo 45 min, transmissão de vídeo para controle em 1080p, operando em 2.4GHz, 5.1GHz, e 5.8GHz com transmissão de até 20Km, lentes FOV: 82.1° 24mm, sensor de imagem de 48MP. Deverá conter pelo menos os seguintes acessórios: 1 (um) controle com tela 1080P; 3 (três) bateria de voo inteligente plus para tempo de voo estendido de 45min; 1 (um) hub de carregamento; 1 (um) protetor gimbal; 3 (três) pares de hélices; (18) dezoito parafusos sobressalentes; 1 (uma) chave para montagem; 1 (um) cabo USB-C/USB; 1 (um) cabo USBC/USBC; 1(uma) bolsa de transporte tipo "shoulder bag"; 01 (um) protetor para armazenamento tipo "propeller holder". (modelo de referência DJI Mini 4 Pro Fly More Combo Plus- DJI RC 2).	UNIDADE	8	2	8	R\$ 13.659,66	R\$ 109.277,31
24	472284	Controle remoto compatível com DJI Mini 4 Pro com no mínimo as seguintes características: frequência de operação 2.4/5.1/5.8 GHz, 04 (quatro) antenas 2T4R, compatível com wi-fi, bluetooth 5.2, tela de 5.5 polegadas (1920x1080/60fps700nits), bateria 3.6V e 3100mAh, tempo de operação máx 3h, 32GB de armazenamento com slot para cartão micro SD (modelo de referência DJI RC 2)	UNIDADE	12	1	12	R\$ 3.884,71	R\$ 46.616,52
25	484522	Aeronaves teleguiadas tipo: aeronave remotamente pilotada (drone), quantidade motores: 4 motores, tamanho diagonal: 350 mm, peso máximo: 1.300 g, velocidade ascensão vertical: 20 m/s, características adicionais: câmera, controle remoto, detector obstáculos, com câmera com tecnologia termal e pelo menos as seguintes características: Peso máximo de decolagem 4069g, teto de	UNIDADE	1	1	1	R\$ 78.649,17	R\$ 78.649,17

		voo 5000m, proteção IP55, resistência ao vento 12m/s, tempo máximo de voo 41 min, sensores infravermelhos de 0.1 a 10m com FOV 30°, sensor de obstáculos 0,6-38m FOV 65°, motulo laser 3.5mW com precisão de ± (0.2 m + D×0.15%), alcance de medição de 3-1,200 m, classe 1M, pulso máximo de 60.96W, tempo de voo máximo 41min, vel. máxima 23 m/s. Com módulo termal com: intervalo de pixel de 12 µm, banda de onda de resposta 8 µm to 14 µm 30hz, DFOV61°, sensibilidade ≤50 mk@1.0, resolução 640×512 a 30 fps, formato de vídeo h.264, zoom digital 28x. Câmera wide com: 12MP, DFOV 84°, lente focal 4.5mm, ISO 100-25600, resolução máxima de vídeo 3840x2160. Câmera zoom com: 48MP, lente focal de 21-75mm. Baterias de 5880mAh, 26.1V e peso aproximado de 685g. Deverá conter pelo menos os seguintes acessórios:1 (um) controle com tela 1920x1200 pixels de resolução e display de 7.02 pol; 2 (duas) baterias; 1 (um)cartão micro SD 64Gb; 1 (um) par de hélice CCW; 1 (um) par hélice CW; 1 (um) kit para montagem com chaves e parafusos; 1 (uma) estação de baterias; 1 (um) cabo USB-C/USB-C; 1 (um) cabo USB/USB; 1(uma) case de proteção para transporte. (modelo de referência Matrice 30T Worry-Free Basic Combo). (Cota de 25% para ME/EPP referente ao item 21).						
26	483338	Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone), Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 354 MM, Peso Máximo: 907 G, Velocidade Ascensão Vertical: 5 M/S, Características Adicionais: Com Carregador. Deverá possuir câmera com tecnologia termal e pelo menos as seguintes características: Peso máximo de decolagem 1050g, resistência ao vento 12m/s, tempo máximo de voo 45 min, distância máxima de voo 38 Km, distância máxima de transmissão 8Km (CE; SRRC; MIC) 15Km FCC, potência de transmissão 5,8 GHz: <33 dBm (FCC), <30 dBm (SRRC), <14 dBm (CE), 2,4 GHz: <33 dBm (FCC); <20 dBm (CE/SRRC/MIC), bateria com 5.000 mAh, transmissão de vídeo 1080p/30fps, estabilização triaxial. Câmera termográfica com: módulo termal com intervalo de pixel de 12 µm, banda de onda de resposta 8 µm to 14 µm 30hz, DFOV61°, sensibilidade ≤50 mk@1.0, resolução 640×512 a 30 fps, formato de vídeo h.264, zoom digital 28x. Câmera tele com 12MP FOV 15°. Deverá conter pelo menos os seguintes acessórios:1 (um) controle	UNIDADE	2	1	2	R\$ 39.666,67	R\$ 79.333,33

		com tela distância de transmissão 15 Km; 1 (uma) bateria de voo inteligente; 1 (um) cartão micro SD 64Gb; 1 (um) protetor gimbal; 3 (três) pares de hélices; 1 (uma) chave para montagem; 1 (um) adaptador/fonte 100W com USB-C; 1 (um) cabo de força AC para adaptador/fonte 100W; 1 (um) cabo USB-C/USB; 1 (um) cabo USBC/USBC; 1(uma) case de proteção para transporte. (modelo de referência DJI Mavic 3T Worry-Free Basic Combo) (Cota de 25% para ME/EPP referente ao item 22).						
27	611462	Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone), Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 247 MM, Peso Máximo: 290 G, Características Adicionais: Sensor Cmos De 48mp De 1/1.3". Deverá possuir câmera com gravação de vídeo em 4k e pelo menos as seguintes características: Peso de decolagem 249g, dimensões Dobrada (sem hélices): 148×94×64 mm (C×L×A) desdobrada (com hélices): 298×373×101 mm (C×L×A), velocidade máx. de ascensão 5 m/s (Modo S) 5 m/s (Modo N) 3 m/s (Modo C) velocidade máx. de descensão 5 m/s (Modo S) 5 m/s (Modo N) 3 m/s (Modo C) velocidade máx. horizontal (ao nível do mar, sem vento) 16 m/s (Modo S) 12 m/s (Modo N) 12 m/s (Modo C), altitude máx. de decolagem 3000 m, duração máx. de voo 45 min, transmissão de vídeo para controle em 1080p, operando em 2.4GHz, 5.1GHz, e 5.8GHz com transmissão de até 20Km, lentes FOV: 82.1° 24mm, sensor de imagem de 48MP. Deverá conter pelo menos os seguintes acessórios: 1 (um) controle com tela 1080P; 3 (três) bateria de voo inteligente plus para tempo de voo estendido de 45min; 1 (um) hub de carregamento; 1 (um) protetor gimbal; 3 (três) pares de hélices; (18) dezoito parafusos sobressalentes; 1 (uma) chave para montagem; 1 (um) cabo USB-C/USB; 1 (um) cabo USBC/USBC; 1(uma) bolsa de transporte tipo "shoulder bag"; 01 (um) protetor para armazenamento tipo "propeller holder". (modelo de referência DJI Mini 4 Pro Fly More Combo Plus- DJI RC 2) (Cota de 25% para ME/EPP referente ao item 23).	UNIDADE	4	1	4	R\$ 13.659,66	R\$ 54.638,65
TOTAL							R\$ 1.298.951,13	

1.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4 O contrato ou documento equivalente oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5 Os itens de nº 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 devem possuir 1 (um) ano de garantia pelo fabricante e homologação da ANATEL de fábrica.
- 1.6 Os fornecedores dos itens de nº 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 devem ser revendedores autorizados no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial
- 4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.2.1.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88 e demais legislações vigentes.

Subcontratação:

- 4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

- 4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da lei 14.133, de 2021 pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço ESTRADA DO AEROPORTO Nº 4174, BAIRRO CENTRO, CEP 69555-300, Tefé-AM / BRASIL, de segunda a quinta feira das 09:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:00 horas, e na sexta feira das 08:00 às 11:30 horas.

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 8 (oito) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

- 6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerencia-

mento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e

na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1 o prazo de validade;
- 7.10.2 a data da emissão;

- 7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5 o valor a pagar; e
- 7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SE-GE/ME nº 77, de 2022](#).

- 7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.24.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.25 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 7.25.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.26 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.27 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário

não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO ITEM.

8.2 Para cumprimento do inc. I, de art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, o presente processo licitatório destina-se, também, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Forma de fornecimento

8.3 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 8.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.10 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.11 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.12 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19 Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.23 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.24.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.24.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.25 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- 8.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.27 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1.1 Objeto do contrato;

8.27.1.2 Quantidade contratada;

8.27.1.3 Período da execução do contrato; e

8.27.1.4 Descrição dos itens objeto do contrato.

8.27.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.28 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.28.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.28.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.28.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias

8.28.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 1.298.951,13 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e um reais e treze centavos).

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3 Nesses casos, serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 Conforme o artigo 17 do Decreto nº 11.462, 31 de março de 2023 que regulamenta os art. 82 ao 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DAVI MUCHERONI LOPES – 2º Ten

Responsável pelo Setor Requisitante do Cmdo Fron Japurá /17º BIS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

Aprovo o presente Termo de Referência referente a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de material permanente operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, na modalidade PREGÃO, tipo Menor Preço por Item para o Sistema de Registro de Preços.

RUI CARLOS RAMOS DE ANDRADE – Cel
Ordenador de Despesas da 16ª Bda Inf SI